



GRUPO DE AVALIAÇÃO E ESTUDO DA POBREZA
E DE POLÍTICAS DIRECIONADAS À POBREZA

ISSN 2357-8130

OBSERVATÓRIO
**SOCIAL E DO
TRABALHO**

Ano: 03 (2015) N. 01

Cadernos de Pesquisa

UM BALANÇO SOBRE A ESTRUTURA E A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO MARANHENSE A PARTIR DOS ANOS 2000

Profa. Dra Valéria Ferreira Santos de Almada Lima (Organizadora)
Prof. Me. Felipe Macedo de Holanda
Vicente Anchieta Júnior
Paulo Roberto Correia Sousa
Paulo Victor de Lima Costa
Rafael Moraes de Sousa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	3
2	PROPOSTA METODOLÓGICA.....	5
3	SÍNTESE DOS RESULTADOS.....	8
3.1	Taxa de atividade e de desocupação	8
3.2	Estrutura de ocupação por grupamentos de atividades do trabalho principal	16
3.3	Posição na ocupação no trabalho principal	18
3.4	Distribuição do emprego formal por setores de atividades	22
3.5	Remuneração média do trabalho	24
4	CONCLUSÃO	28
	REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

Este número do Caderno de Pesquisa apresenta os resultados do Projeto intitulado *Projeto de Estruturação, Implantação e Funcionamento de Observatório Social e do Trabalho: Eixo do Trabalho*, aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para fins de concessão de bolsa de produtividade, nível II, à sua coordenadora. Trata-se de um dos eixos de investigação definidos no Projeto mais amplo: *Observatório Social e do Trabalho no Maranhão* desenvolvido por integrantes do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP), articulado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e cadastrado no Diretório Nacional dos Grupos de Pesquisa no Brasil. Vincula-se à Linha de Pesquisa do GAEPP referente a Trabalho e Políticas de Geração de Emprego e Renda e à Linha de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) relacionada a Estado, Trabalho e Políticas Públicas.

O Observatório Social e do Trabalho no Maranhão tem como objeto central de focalização as temáticas **Pobreza e Trabalho**, centrando-se este projeto, especificamente, no eixo relacionado ao trabalho, tendo como universo o Estado do Maranhão, considerado na sua relação com o Nordeste e o Brasil, a partir de duas dimensões:

- a) Articulação de projetos de pesquisa em desenvolvimento no GAEPP relacionados ao trabalho e às políticas públicas a ele direcionadas, assim como a sistematização e disponibilização de informações concernentes aos resultados destas pesquisas;
- b) Levantamento, sistematização e disponibilização de dados secundários e de estudos desenvolvidos sobre a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho no Maranhão.

As informações levantadas e sistematizadas e os estudos realizados são disponibilizados no site do GAEPP (<www.gaepp.ufma.br>) e são objeto de apresentações e debates junto a segmentos organizados da sociedade e órgãos públicos responsáveis pela formulação e implementação de Políticas Públicas no

Estado do Maranhão, mediante a realização de seminários abertos à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

O objetivo geral deste projeto é instituir novas bases político-acadêmicas para construção do conhecimento a partir do desenvolvimento de pesquisas sobre o comportamento do mercado de trabalho e sobre Políticas Públicas no campo do Trabalho em desenvolvimento no Estado do Maranhão, tendo em vista subsidiar e capacitar sujeitos sociais para se apropriarem de informações necessárias aos processos de tomada de decisão e ao exercício do controle social de Políticas Públicas no Estado. Tal objetivo geral se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- Organizar, sistematizar e analisar informações sobre a dinâmica e estruturação do mercado de trabalho no Maranhão, disponibilizando-as à sociedade e aos gestores públicos do Estado;
- Realizar estudos e avaliações sobre Políticas Públicas no campo do Trabalho em desenvolvimento no Estado do Maranhão, tendo em vista contribuir para a organização, a divulgação e a transparência de informações úteis ao desenvolvimento do Estado;
- Contribuir para formulação, implementação, avaliação e controle social de Políticas Públicas relacionadas ao trabalho no Estado do Maranhão;
- Promover e estimular o debate entre sujeitos sociais interessados sobre Políticas Públicas no campo do trabalho no Estado do Maranhão;
- Subsidiar e capacitar organizações da sociedade que atuam no espaço público, disponibilizando informações para a realização do controle social de Políticas Públicas no campo do trabalho.

Isso posto, o texto aqui apresentado contém, além desta introdução, um item dedicado à explicitação da proposta metodológica que orienta este projeto de pesquisa, seguido de uma síntese dos principais resultados obtidos ao longo de três anos de efetivo funcionamento do Observatório Social e do Trabalho, com foco na estrutura e na dinâmica do mercado de trabalho maranhense a partir dos anos 2000. O texto finaliza com uma conclusão destacando as principais tendências observadas no mercado de trabalho maranhense em comparação com o brasileiro nos anos recentes.

2 PROPOSTA METODOLÓGICA

Ao disponibilizar aos sujeitos sociais envolvidos no processo das políticas públicas informações atualizadas sobre a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho no Maranhão e sobre as políticas públicas relacionadas ao trabalho em desenvolvimento no Estado, o *Observatório Social e do Trabalho* visa a fornecer subsídios para a formulação, implementação e avaliação das referidas políticas, para o maior controle destas por parte dos seus destinatários e da sociedade civil organizada e para a produção e disseminação do conhecimento científico.

Conforme destacado no projeto original *Observatório Social e do Trabalho no Maranhão* elaborado pelo GAEPP, as experiências de formação de Observatórios, quer de iniciativa de organizações da sociedade, da academia ou do Estado, situam-se, no Brasil, no âmbito do processo de redemocratização do país. Trata-se de um contexto marcado pelo surgimento de instituições voltadas para o fortalecimento da democracia, colocando na agenda pública a necessidade de maior participação da sociedade e de maior controle social sobre o processo das políticas públicas.

Os Observatórios Sociais geralmente se voltam para o acompanhamento, monitoramento e avaliação de Políticas Públicas no sentido de criar indicadores e informações que possibilitem o controle destas políticas pela sociedade organizada. Assim sendo, se constituem em mecanismos importantes para contribuir para o alargamento do espaço público e da participação social dos cidadãos. Daí a interlocução que deve ser mantida com as organizações da sociedade e os setores do Estado responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas.

Portanto, este projeto enquanto um dos eixos constitutivos do projeto *Observatório Social e do Trabalho*, com recorte na área do trabalho, se fundamenta, tal como o projeto original, no entendimento de que a democratização, a efetividade da gestão pública e a participação reivindicatória e propositiva da sociedade, assim como o controle social de Políticas Públicas pressupõem a criação e disseminação de informações alternativas e confiáveis que contribuam para qualificação e fortalecimento de sujeitos sociais, capazes de atuar criticamente no espaço público.

Todos esses elementos e, sobretudo, o contexto mais recente de crise do capitalismo em âmbito mundial, com seus possíveis desdobramentos sobre o mercado de trabalho, reafirmam a relevância do eixo temático focalizado no trabalho e nas políticas públicas a ele relacionadas, como parte constitutiva do Observatório Social e do Trabalho no Maranhão, em funcionamento no âmbito do GAEPP. Tal relevância se justifica ainda e principalmente pelas especificidades do Estado do Maranhão, caracterizado historicamente por um baixo grau de estruturação do seu mercado de trabalho, em comparação com o conjunto do Brasil, o que se expressa pelo ainda reduzido índice de assalariamento e, sobretudo, pela pequena participação dos trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada no total dos empregados do Estado.

O *Observatório Social e do Trabalho* tem como espaço geográfico de atuação o Estado do Maranhão, nas relações com o Nordeste e o Brasil, especificamente no que concerne às temáticas da Pobreza e do Trabalho, sendo este último o recorte específico deste projeto, conforme anteriormente delimitado.

O principal procedimento metodológico adotado é a produção, organização e disponibilização de informações:

- a) Sobre a estruturação e a dinâmica do Mercado de Trabalho no Maranhão, utilizando-se como principais fontes as pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Pesquisa Nacional de por Amostra de Domicílios (PNADs), Censos, etc) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)), assim como dados disponibilizados pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC);
- b) As informações são disponibilizadas no site do GAEPP através de Boletins de periodicidade bimestral que alternam as temáticas do trabalho e da pobreza.

Outros procedimentos metodológicos utilizados para a dinamização do Observatório no Eixo Temático do Trabalho são os seguintes:

- a) Interlocução institucional com setores do Estado do Maranhão, principalmente a Secretaria de Estado do Trabalho; a Secretaria de Estado

de Planejamento (SEPLAN), a Delegacia Regional do Trabalho (DRT), o SEBRAE dentre outros;

- b) Interlocução com setores organizados da sociedade via promoção de eventos, debates, seminários e oficinas temáticas abertas;
- c) Produção de textos científicos para apresentação e publicação em anais de eventos científicos nacionais e internacionais; publicação de artigos em periódicos científicos e publicação de livros.

A organização e o funcionamento do *Observatório Social e do Trabalho* são centrados no levantamento, organização, manutenção e disponibilização de informações; no desenvolvimento de projetos de pesquisa; na avaliação e monitoramento de Políticas Públicas; na capacitação de recursos humanos em nível de graduação e de pós-graduação; na capacitação de sujeitos institucionais e da sociedade e no desenvolvimento de assessorias e consultorias.

Considerando essa dinâmica, o *Observatório Social e do Trabalho* tem a seguinte estrutura e mecanismos de funcionamento:

- a) Uma coordenação geral sob a responsabilidade da coordenadora do GAEPP, Profa. Dra. Maria Ozanira da Silva e Silva;
- b) Duas coordenações temáticas, uma sobre a Pobreza e a outra sobre o Trabalho, esta última sob a responsabilidade da coordenadora do presente projeto, Profa. Dra. Valéria Ferreira Santos de Almada Lima. Cada uma dessas Coordenações tem como principal atribuição a dinamização geral em relação às duas temáticas que constituem objeto do Observatório Social e do Trabalho.
- c) Constituição de grupos de trabalho para desenvolvimento de atividades específicas, sendo integrados por pesquisadores e alunos de doutorado, de mestrado e de graduação;
- d) Realização de reuniões gerais mensais para socialização dos trabalhos em andamento; troca de experiências e realização de estudos sobre temáticas de referência dos trabalhos;
- e) Realização anual de eventos abertos à comunidade universitária, instituições e movimentos organizados da sociedade, tendo em vista divulgar resultados de trabalhos em andamento.

3 SÍNTESE DOS RESULTADOS

Os principais resultados das pesquisas realizadas no âmbito do *Observatório Social e do Trabalho*, situadas especificamente no eixo temático do Trabalho e tendo como foco a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho maranhense nos anos recentes, são sintetizados a seguir, com destaque aos indicadores: taxa de atividade e de desocupação, estrutura de ocupação por grupamentos de atividades do trabalho principal, posição na ocupação no trabalho principal, distribuição do emprego formal por setores de atividade e remuneração média do trabalho.

3.1 Taxa de atividade e de desocupação

No que tange à **taxa de atividade**, conforme apontam Lima, Holanda e Nascimento (2012), baseados nos dados das PNAD, observou-se, no Brasil, entre os anos de 2002 e 2011, um crescimento da População em Idade Ativa (PIA) da ordem de 1,8% ao ano, enquanto a População Economicamente Ativa (PEA) expandiu-se à taxa de 1,6% a.a., com a consequente redução da taxa de atividade em 0,2 pontos percentuais no período considerado. No Maranhão, assim como no Brasil, a taxa de atividade diminuiu em 0,5 pontos percentuais entre 2002 e 2011, visto que, enquanto a PEA registrou uma taxa de expansão da ordem de 1,3% a.a., a PIA experimentou um crescimento de 1,8% a.a.

Tomando por base a PNAD 2012, Lima e Holanda (2013) observam que, tanto no plano nacional quanto no estadual, mantém-se, no período de 2011 a 2012, a tendência já registrada entre 2002 e 2011 de redução da taxa de atividade total, manifestada com maior intensidade no Maranhão do que no conjunto do país. De fato, nos dois universos analisados, a PIA continuou crescendo em proporção maior do que a PEA, ocasionando uma redução na taxa de atividade da ordem de 0,2 e 0,3 pontos percentuais, respectivamente, no Brasil e no Maranhão, neste último período considerado. Já no corte urbano/rural, os autores ressaltam que, enquanto no plano nacional permanece entre 2011 e 2012 a tendência de forte redução da taxa de atividade no meio rural, mantendo-se esta relativamente estável no meio urbano, no plano estadual, esta tendência se reverte, visto que este indicador, que

vinha caindo no meio rural no primeiro período, experimenta um incremento entre 2011 e 2012, passando de 60,9% para 61,5%, ao passo que no meio urbano cai de 55,9% para 55,1%, mais que compensando o aumento observado no meio rural.

Tabela 1 - Pessoas de 10 anos ou mais, por condição de atividade na semana de referência (Mil pessoas e variação em % a.a.) - 2002, 2011 e 2012 - Brasil e Maranhão

	2002	2011	2012	Var. a.a 02- 11	Var. a.a 02- 12
BRASIL					
Taxa de Atividade (PEA/PIA) (%)	61,3	60	59,9	-0,2	-0,2
Pop. em Idade Ativa (PIA)	141.633	166.987	168.606	1,8	1,0
Pop. Econ. Ativa (PEA)	86.835	100.223	100.979	1,6	0,8
Taxa de Desocupação (%)*	9,1	6,7	6,2	-3,4	-7,6
Pop. Ocupada (PO)	78.895	93.493	94.713	1,9	1,3
MARANHÃO					
Taxa de Atividade (PEA/PIA) (%)	60,5	57,8	57,7	-0,5	-0,3
Pop. em Idade Ativa (PIA)	4.636	5.422	5.461	1,8	0,7
Pop. Econ. Ativa (PEA)	2.804	3.136	3.149	1,3	0,4
Taxa de Desocupação (%)*	5,3	6,3	5,3	2,1	-16,4
Pop. Ocupada (PO)	2.656	2.937	2.982	1,1	1,5

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios.** Rio de Janeiro, 2012.

Nota: * Taxa de Desocupação: PEA - PO/PEA

No tocante à **taxa de desocupação**, os dados dos dois últimos censos mostram que, no período 2000 a 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) maranhense cresceu acima do PIB nacional. No entanto, tal dinamismo não se traduziu em uma maior expansão da ocupação. De fato, enquanto no nível nacional a ocupação registrou crescimento médio anual de 2,78%, no Estado não foi além de 1,76 a.a. Em ambos os casos, houve um recuo na taxa de desocupação. Contudo, o menor dinamismo do mercado de trabalho maranhense fez com que se invertesse a posição relativa, já que a taxa de desocupação nacional recuou de 15,3% em 2000 para 7,6% em 2010, enquanto que no Maranhão o indicador registrou redução menor, variando de 11,8% para 8,7% no período (HOLANDA et al., 2013).

Tabela 2 - PIB, taxa de ocupação e taxa de desocupação- 2000-2010-Brasil e Maranhão

	2000	2010	% a.a.
MARANHÃO			
PIB (R\$ Milhões)*	31.498	45.256	5,03
População Ocupada	1.914.040	2.361.389	1,76
População Desocupada	256.644	223.674	-1,37
Taxa de Ocupação (PO/PEA)	88,2	91,3	-
Taxa de Desocupação (PD/PEA)	11,8	8,7	-
BRASIL			
PIB (R\$ Milhões)*	3.400.231	4.874.277	3,48
População Ocupada	65.629.892	86.353.839	2,78
População Desocupada	11.837.581	7.150.820	-4,92
Taxa de Ocupação (PO/PEA)	84,7	92,4	-
Taxa de Desocupação (PD/PEA)	15,3	7,6	-

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas Nacionais.** Rio de Janeiro, 2010b; _____. **Censo 2000.** Rio de Janeiro, 2000; _____. **Censo 2010.** Rio de Janeiro, 2010a.

Nota: * Valores de 2000 inflacionados pelo IGP-DI acumulado até dez 2010.

Ainda em relação à **taxa de desocupação**, os dados das PNAD indicam que, no Brasil, no período de 2002 a 2011, como a ocupação evoluiu a uma taxa de 1,9% a.a., pouco superior à expansão da PEA, a taxa de desocupação recuou em 3,4 pontos percentuais, com a criação de 14,6 milhões de postos de trabalho. Por outro lado, no Maranhão, mesmo considerando os efeitos da redução da taxa de atividade, a diminuta geração de ocupações no período levou a uma elevação da taxa de desocupação da ordem de 2,1% ao ano (LIMA; HOLANDA; NASCIMENTO, 2012).

Por outro lado, os dados da PNAD 2012 revelam um desempenho do mercado de trabalho maranhense mais favorável do que o brasileiro, ao contrário do registrado entre 2002 e 2011. Com efeito, no período de 2011 a 2012, assiste-se a um declínio da taxa de desocupação no Maranhão, de 16,4 pontos percentuais, bem maior do que o observado no Brasil, onde esta taxa caiu apenas 7,6%. Embora isto já represente um bom desempenho do mercado de trabalho brasileiro, se comparado ao período anterior, pode-se observar, no caso maranhense, uma expressiva redução do desemprego urbano (LIMA; HOLANDA, 2013).

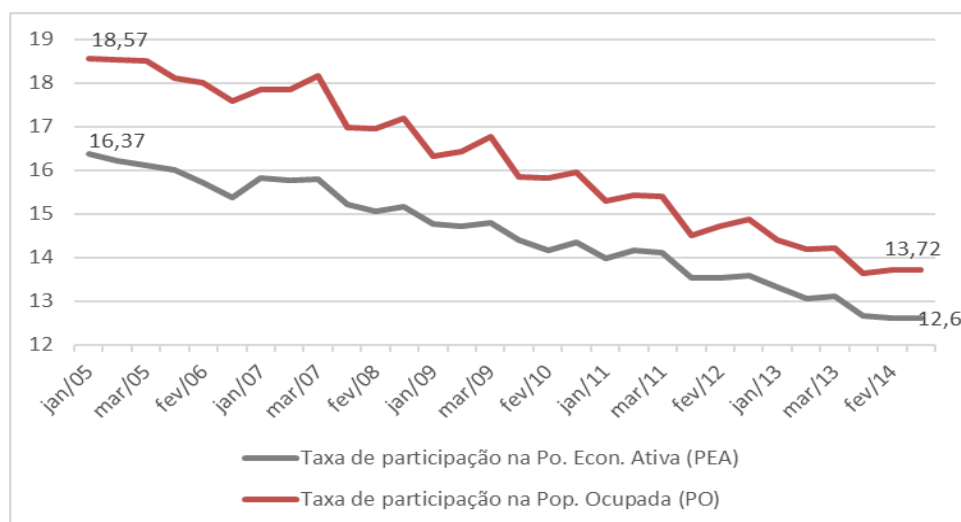
Conforme advertem Holanda e Anchieta Júnior (2014), de acordo com dados do CAGED, enquanto em 2010, diante dos 7,5% de avanço do PIB, o país abriu, 3,1 milhões de postos de trabalho formais (média mensal de 265 mil novas vagas), no ano de 2013, esse número caiu para 1,1 milhão (uma média mensal de 91 mil novas vagas), menor até do que em 2009, ano de recessão, evidenciando uma forte desaceleração no ritmo de contratações durante esse período.

Por outro lado, os autores citados afirmam que, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgada pelo IBGE, a taxa de desocupação no Brasil fechou 2013 em 4,3%, o menor valor da série iniciada em 2002. A pequena elevação, observada em janeiro de 2014, para 4,8%, não impediu que a marca fosse a mínima histórica para o referido mês. Surge então a pergunta: como é possível conciliar tamanha contração no mercado de trabalho formal com esta taxa de desocupação que indica situação de pleno emprego?

A resposta começa a ser esboçada observando-se a recente trajetória declinante do ritmo de crescimento da PEA e da População Ocupada, medidas pela PME. Em dezembro de 2012, a PEA brasileira cresceu 1,7%, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Em dezembro de 2013, na comparação com o mesmo mês de 2012, foi registrado crescimento de 0,6%. Em relação à população ocupada, o comportamento foi muito parecido, com a taxa de crescimento recuando de 2,1% para 0,7% no mesmo período.

Uma parte da explicação para o recuo da PEA se relaciona às mudanças demográficas. Quando a população passa a crescer mais lentamente, por consequência, o número de trabalhadores disponíveis para serem empregados também cresce mais devagar. A outra parte da explicação para a menor procura de emprego está na taxa de participação dos jovens entre 18 e 24 anos no total da população ocupada e no total da PEA. O que se vê é uma contínua redução da participação dos jovens dessa faixa etária. Isto é, os jovens entre 18 e 24 anos, economicamente ativos, no início de 2005, eram 18,6% da PEA total, reduzindo-se a 13,6% no início de 2014. Da mesma forma, os jovens naquela faixa etária, ocupados, representavam 16,4% do total de ocupados em 2005, caindo para 12,7% no início de 2014.

Gráfico 1 - Taxa de participação de jovens entre 18 e 24 anos na PEA e na População Ocupada



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal de Emprego.** Rio de Janeiro, 2014.

As razões apontadas para essa *fuga* de jovens do mercado de trabalho estão relacionadas com a busca por melhor qualificação. O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), programa do Governo Federal destinado a financiar a graduação em nível superior, passou por mudanças significativas em 2010, saltando de 76 mil contratos formalizados naquele ano para 556,5 mil em 2013¹. O Programa Universidade para Todos (PROUNI), outro exemplo, ofereceu 191,6 mil bolsas de estudo somente para o 1º semestre de 2014². Entra nessa conta também o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que oferece bolsas de estudo em cursos técnicos. Apesar de não ser possível neste espaço a mensuração exata do efeito desses programas, é razoável supor que tenham contribuído para adiar a entrada de jovens no mercado de trabalho. Se isto for verdade, também é razoável supor que somente a deterioração acelerada das condições macroeconômicas (fatores conjunturais da economia) poderá influenciar no curto prazo, a taxa de desemprego (HOLANDA; ANCHIETA JÚNIOR, 2014).

Tais tendências observadas por Holanda, Anchieta Júnior e Silva (2014) no mercado de trabalho brasileiro a partir de 2011 são reafirmadas por Lima e outros (2015). Com efeito, os referidos autores alertam que a demanda por trabalho, no Brasil, perdeu força ao longo dos últimos três anos, na esteira do baixo crescimento econômico. No triênio 2011-2013, dados do MTE apontaram para a geração de 4,4 milhões de postos de trabalho formais, enquanto no triênio anterior (2008-2010),

foram gerados 6,3 milhões. Não obstante, um fenômeno que tem chamado a atenção é que, mesmo com a menor demanda por trabalho, a taxa de desocupação não apresentou grandes variações, indicando menor crescimento também da oferta de trabalho, conforme já ressaltado anteriormente.

Os autores acima citados, com base nos dados da PNAD 2013, afirmam que, entre 2011 e 2013, praticamente todo o contingente que ingressou no mercado de trabalho brasileiro (+1,8 milhão na PEA) encontrou alguma ocupação (+1,9 milhão na PO). Ao mesmo tempo, merece destaque a redução do número de jovens entre 18 e 24 anos economicamente ativos, quase 500 mil a menos no período (uma redução de 3,0%).

Centrando o foco especificamente no Maranhão, Lima e outros (2015) observam que, assim como no Brasil, observa-se também no Estado uma significativa redução da participação dos jovens entre 18 e 24 anos no mercado de trabalho. De fato, estes passaram de 575 mil em 2011 para 496 mil em 2013, representando uma redução de 13,7%.

Tabela 3 - Indicadores de ocupação, desocupação e atividade da força de trabalho, por grupo de idade: Brasil e Maranhão - 2011 a 2013

	2011	2012	2013
BRASIL			
PEA 18 a 24 anos	16.465	16.318	15.983
PEA 18 a 24 anos/PEA total	16,20%	15,90%	15,50%
PO 18 a 24 anos	14.192	14.158	13.816
PO 18 a 24 anos/PO total	15,00%	14,70%	14,30%
Taxa de Desocupação Total	6,70%	6,20%	6,50%
MARANHÃO			
PEA 18 a 24 anos	575	528	496
PEA 18 a 24 anos/PEA total	18,60%	17,00%	15,30%
PO 18 a 24 anos	487	463	417
PO 18 a 24 anos/PO total	16,80%	15,80%	13,70%
Taxa de Desocupação Total	6,30%	5,30%	6,00%

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios. Rio de Janeiro, 2013.

Desagregando a População Ocupada por gênero, Lima e outro (2015), ainda com base na PNAD 2013, destacam o maior ritmo de crescimento da população feminina no Estado, resultando no incremento da sua participação em relação ao total de ocupados de 39,2% para 40,8% no triênio 2011-2013. No plano

nacional, apreciou-se o mesmo movimento, porém de maneira mais tímida, dada uma variação de apenas 0,3%.

Assim sendo, ao final do período, entre os planos nacional e estadual, observou-se a redução do diferencial referente à participação da população feminina no total de ocupados. A melhoria dos indicadores de educação, em relação aos quais o público feminino obtém destaque, se reflete na crescente demanda por mão de obra do sexo feminino. Já a taxa de desocupação masculina permaneceu praticamente estável no país, enquanto no Maranhão registrou-se um aumento de 0,8 pontos percentuais.

O maior aumento da taxa de desocupação masculina em relação à feminina é atribuído pelos autores à desaceleração do setor de construção civil (intensivo em mão de obra masculina), em todo o território nacional e, sobretudo, no plano estadual. Isso, inclusive, repercutiu no crescimento da taxa de desemprego no país durante o triênio analisado de 2,2% para 2,4%, de acordo com os dados do IBGE. No Maranhão, onde o setor respondia por 9% das ocupações formais em 2011, segundo a RAIS, a repercussão foi mais acentuada. Com efeito, de acordo com o IMESC, o setor da Construção Civil reduziu sua contribuição para o valor agregado no Estado com rebatimentos negativos na geração de postos de trabalho entre 2011 e 2013 (LIMA et al., 2015).

Tabela 4 - Indicadores de ocupação, desocupação e atividade da força de trabalho, por gênero: Brasil e Maranhão - 2011 a 2013

	2011	2012	2013
BRASIL			
PEA masculina	57.616	58.094	58.462
PEA feminina	43.970	44.369	44.940
PO masculina	54.805	55.393	55.548
PO feminina	39.958	40.708	41.111
PO feminina/PO total	42,20%	42,40%	42,50%
Taxa de desocupação masculina	4,90%	4,60%	5,00%
Taxa de desocupação feminina	9,10%	8,30%	8,50%
MARANHÃO			
PEA masculina	1.833	1.831	1.891
PEA feminina	1.261	1.271	1.352
PO masculina	1.763	1.754	1.804
PO feminina	1.135	1.183	1.244
PO feminina/PO total	39,20%	40,30%	40,80%
Taxa de desocupação masculina	3,80%	4,20%	4,60%
Taxa de desocupação feminina	10,00%	6,90%	8,00%

Fonte: (IBGE, 2013).

Analisando a atual conjuntura e os rebatimentos da atual recessão vivenciada pela economia brasileira nos indicadores de ocupação/desocupação, Lima, Anchieta Júnior e Sousa (2015) destacam que os dados dos primeiros quatro meses de 2015 apontaram o fechamento de 137 mil postos de trabalho formal. Nos últimos doze meses, encerrados em abril de 2015, o resultado é ainda pior, com mais de 263 mil vagas encerradas. No Maranhão, a trajetória é a mesma. A geração de empregos formais no Estado recuou de 28,5 mil em 2011 para pouco mais de 1,1 mil em 2014.

Segundo os autores citados, a Indústria e a Construção Civil terminaram o ano de 2014 com desmobilização líquida de trabalhadores (total de 265 mil postos de trabalho formal encerrados nos dois setores), aprofundada durante o último trimestre. O saldo positivo foi garantido pelo Comércio e pelo setor de Serviços. No início de 2015, estes setores também deram sinais de enfraquecimento. O ciclo de elevação da taxa de juros SELIC iniciado em 2014, que termina por se espalhar para todas as demais modalidades de crédito, o reajuste de preços administrados (energia elétrica e combustíveis) com a consequente aceleração da inflação no 1º trimestre de 2015, que reduz a renda disponível para o consumidor e, ainda, os efeitos da Operação Lava-Jato (sobretudo na Construção Civil) têm afetado negativamente o desempenho do mercado de trabalho (LIMA; ANCHIETA JÚNIOR; SOUSA, 2015).

Ainda de acordo com os mesmos autores, a resiliência da taxa de desocupação em patamares historicamente baixos foi discutida anteriormente, como resultado da redução absoluta da população economicamente ativa jovem. Esse foi o principal fator explicativo para a desaceleração da demanda por trabalho não ter se traduzido no aumento da população desocupada, e, consequentemente, no aumento da taxa de desocupação, pelo menos até o fim do ano de 2014.

Não obstante, a PME estimou uma taxa de desocupação, nas seis principais regiões metropolitanas brasileiras, de 6,0% nos primeiros quatro meses de 2015, contra 5,0% nos primeiros quatro meses de 2014 (média das estimativas mensais de janeiro a abril). O contingente da população desocupada estimado pela PME incorporou mais 384 mil pessoas, entre abril do ano passado e abril deste ano, crescimento de 32,0%.

De acordo com a PNAD Contínua, que tem abrangência maior que a PME, o contingente de desocupados aumentou em quase 1,5 milhão de pessoas na passagem do último trimestre de 2014 para o 1º trimestre de 2015, e a taxa de desocupação deu um salto, de 6,5% para 7,9% no mesmo período. No Maranhão, 55 mil pessoas entraram na *fila do desemprego* entre o último trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2015: a taxa de desocupação no Estado subiu ainda mais, de 7,0% para 8,9%.

3.2 Estrutura de ocupação por grupamentos de atividades do trabalho principal

Avaliada a **evolução da estrutura de ocupação** a partir dos dados da PNAD, verifica-se que, no plano nacional, entre os anos de 2002 e 2011, a indústria de transformação, responsável por 13,5% das ocupações em 2002, gerou no período cerca de 1,1 milhões de vagas, representando um crescimento de apenas 1,1% a.a., capaz de reduzir em 0,9 pontos percentuais sua participação na estrutura de ocupação. Já a construção civil, com expansão de 3,7% a.a. no emprego, gerou outros 2,2 milhões de vagas e teve sua participação elevada também em 1,3 pontos percentuais no período. A liderança absoluta na criação de empregos formais líquidos coube ao setor terciário (Comércio e Serviços) que gerou 12,7 milhões de vagas, contribuindo com 87,0% dos postos de trabalho criados.

No caso do Maranhão, não obstante o expressivo dinamismo do agronegócio registrado no período 2002 a 2011, em grande parte devido à expansão das áreas plantadas de soja e de eucalipto, assistiu-se ao acréscimo de apenas 22 mil vagas no setor agropecuário, um ritmo inexpressivo de 0,2% a.a. Neste cenário, a indústria de transformação eliminou 31 mil postos de trabalho (redução de 2,6% a.a.), enquanto que a construção civil, impulsionada pela expansão do crédito imobiliário e das obras de infraestrutura, gerou 56 mil vagas, com uma expansão de 3,3% a.a., sendo capaz de gerar 20,0% dos postos de trabalho no período. O segmento terciário gerou 239 mil vagas, sendo responsável pela geração de 85,0% das novas ocupações no período. Portanto, no Maranhão na década recente, a fraca elevação da ocupação agrícola mal conseguiu ser compensada pela expansão do emprego urbano. A extrema especialização da estrutura industrial é uma das causas

do baixo dinamismo ocupacional da indústria de transformação (LIMA; HOLANDA; NASCIMENTO, 2012).

Analisando-se ainda a evolução da estrutura de ocupações no mercado de trabalho brasileiro, com base na PNAD 2012, merece destaque especial o bom desempenho da indústria de transformação entre 2011 e 2012, se comparado ao período de 2002 a 2011. De fato, o incremento das ocupações neste setor foi de apenas 1,1% a.a entre 2002 e 2011, elevando-se para 6,0% entre 2011 e 2012, superando até mesmo a construção civil e o setor terciário (comércio e serviços), os quais lideraram o aumento das ocupações no período de 2002 a 2011. Por outro lado, sobressai a acentuada queda do número de ocupações na agropecuária, que experimentou uma variação negativa de 1,2% a.a entre 2002 e 2011 e de 6,1% entre 2011 e 2012. Da mesma forma, no Maranhão, a indústria de transformação apresenta um maior dinamismo em termos de geração de ocupações no período mais recente (2011-2012), tendo contribuído para um incremento de postos de trabalho da ordem de 11,4% a.a, enquanto experimentou uma variação negativa de 2,6% a.a entre 2002 e 2011. Mas a liderança em termos da geração de postos de trabalho no Estado no período mais recente coube à construção civil, com um incremento de 27,8% a.a, em grande parte, impulsionado pela expansão do crédito imobiliário e pelas obras de infraestrutura. Já a agropecuária experimentou um declínio nas ocupações, em que pese o expressivo papel do agronegócio na economia estadual, embora o declínio no caso da agricultura maranhense tenha sido menor do que o verificado no plano nacional no período de 2011 a 2012, ou seja, de 2,6% contra 6,1% (LIMA; HOLANDA, 2013).

Tabela 5 - Pessoas de 10 anos ou mais, por grupamentos de atividades no trabalho principal. Brasil e Maranhão - 2002, 2011 e 2012 (Mil pessoas, variação em % a.a.)

	2002	2011	2012	Var- 02- 11	Var- 11- 12		2002	2011	2012	Var- 02- 11	Var- 11- 12
BRASIL						MARANHÃO					
Agropecuária	16.315	14.682	13.782	-1,2	-6,1		1.200	1.222	1.190	0,2	-2,6
Ind.Transformação	10.653	11.787	12.493	1,1	6		145	114	127	-2,6	11,4
Construção	5.611	7.814	8.244	3,7	5,5		167	223	285	3,3	27,8
Ind. Ext. Min. + SIUP*	568	722	722	2,7	0		23	19	10	-2,1	-47,4
Comércio e Reparação	13.536	16.660	16.836	2,3	1,1		417	456	472	1	3,5
Serviços	32.212	41.828	42.636	2,9	1,9		704	903	898	2,8	-0,6
Total	78.895	93.493	94.713	1,9	1,3		2.656	2.937	2.982	1,1	1,5

Fonte: (IBGE, 2012).

3.3 Posição na ocupação no trabalho principal

No que se refere à **posição na ocupação**, no plano nacional, pode-se observar, a partir da PNAD, que, em 2011, enquanto os empregados perfaziam 60,9% do total dos ocupados, o grupo dos trabalhadores por conta própria (21,0%) somado ao grupo de trabalhadores para o próprio consumo (4,0%) e ao dos trabalhadores sem remuneração (3,4%) perfaziam 28,4% das ocupações. Outro fato importante é que, no mesmo ano, enquanto a formalização das ocupações (carteira assinada somada aos militares e estatutários) atingia 46,0% no plano nacional, no Estado do Maranhão o percentual atingia somente 22,1%.

Outro indicador do alto grau de desestruturação do mercado de trabalho maranhense em comparação com o brasileiro é que, em 2011, o grupo dos trabalhadores por conta própria (27,7%), somado ao dos trabalhadores para o próprio consumo (16,8%) e ao dos trabalhadores sem remuneração (8,4%) perfaziam 52,9% das ocupações, enquanto que os empregados assalariados representavam apenas 40,0%. Ademais, enquanto no Brasil os empregados sem carteira assinada representavam 24,6% do total de empregados assalariados, no Maranhão, o percentual de emprego não protegido correspondia a 44,7% (LIMA; HOLANDA; NASCIMENTO, 2012).

Tabela 6 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas, por posição na ocupação no trabalho principal - 2002 e 2011 - Brasil e Maranhão

	2002	2011		2002	2011
BRASIL			MARANHÃO		
Empregados	54,2	60,9	Empregados	33,7	40
- Com carteira de trab. Assinada	29,3	38,8	- Com carteira de trab. Assinada	8,5	15,5
- Militar e func. pub. Estatutários	6,4	7,2	- Militar e func. pub. Estatutários	5,5	6,6
- Outros sem carteira assinada	18,5	15,0	- Outros sem carteira assinada	19,8	17,9
Trabalhadores domésticos	7,7	7,1	Trabalhadores domésticos	6,5	5,1
Conta própria	22,3	21	Conta própria	34,5	27,7
Empregadores	4,2	3,4	Empregadores	2,8	1,8
Trab. para o próprio uso	0,2	0,1	Trab. para o próprio uso	0,1	0,3
Trab. para o próprio consumo	4,0	4,0	Trab. para o próprio consumo	7,7	16,8
Não remunerados	7,4	3,4	Não remunerados	14,8	8,4
Total	100	100	Total	100	100

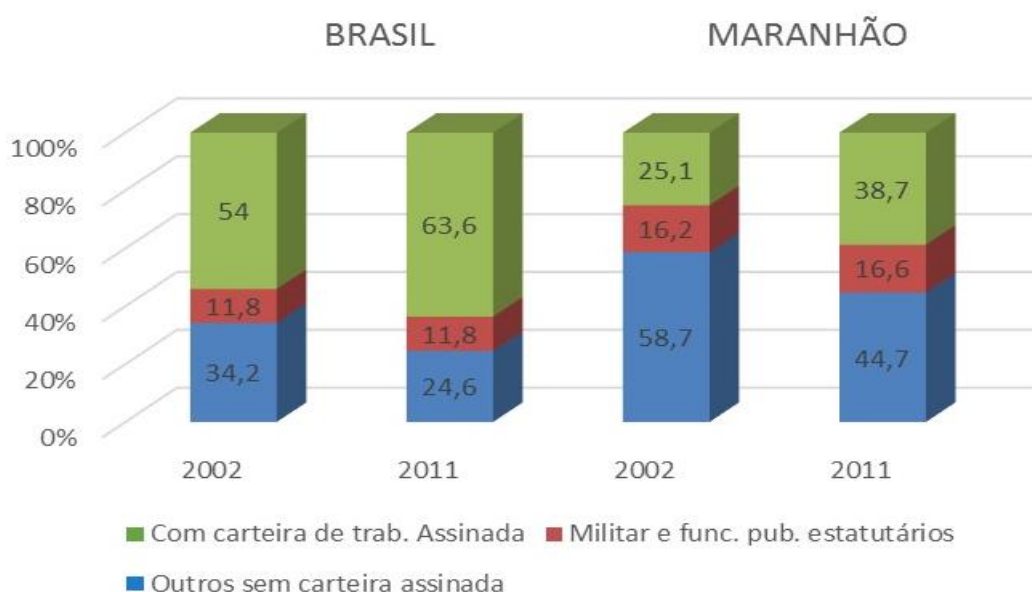
Fonte: (IBGE, 2012).

Tomando-se como universo somente a conjunto dos trabalhadores empregados e considerando-se a dinâmica da sua distribuição entre os subconjuntos de empregados com carteira de trabalho assinada, militares e funcionários públicos estatutários e empregados sem carteira de trabalho assinada, observa-se que, no período de 2002 a 2011, houve uma significativa melhoria do mercado de trabalho brasileiro em termos do grau de formalização das relações de emprego, já que os empregados com carteira de trabalho assinada passaram de 54,0% para 63,6% do total de empregados enquanto os empregados sem carteira caíram de 34,2% para 24,6%.

No Maranhão, esta tendência de formalização das relações de emprego se manifestou com maior intensidade neste período, visto que os empregados com carteira saltaram de 25,1% para 38,7% e os sem carteira caíram de 58,7% para 44,7%, não obstante ainda fosse evidente o maior grau de desestruturação do mercado de trabalho maranhense em relação ao brasileiro. Já entre 2011-2012, no plano nacional, evidencia-se certa estabilidade na distribuição dos empregados por categoria de emprego, uma vez que os percentuais se mantêm relativamente

inalterados. Enquanto isso, no plano estadual, em que pese o maior dinamismo do mercado de trabalho maranhense em relação ao brasileiro em termos de geração de ocupações, verifica-se uma ligeira reversão da tendência de formalização observada no período anterior (2002-2011), expressa na queda da participação dos empregados com carteira e militares e funcionários públicos estatutários e no concomitante aumento da participação dos empregados sem carteira, que passaram de 44,7% para 48,1% do total de empregados (LIMA; HOLANDA, 2013).

Gráfico 2 - Composição da categoria Empregados no Brasil e Maranhão: 2002 e 2011 (% do Total)



Fonte: (IBGE, 2012).

A partir dos dados dos censos 2000 e 2010, é interessante ainda contrastar as mudanças na distribuição da posição na ocupação entre os dois anos censitários. Nos dois planos (Maranhão e Brasil), houve um forte crescimento do emprego formal, sendo que no caso do Maranhão o indicador registrou expansão da ordem de 8,0% a.a., comparado a 5,0% no plano nacional. Não obstante, no que se refere aos trabalhadores sem carteira assinada, o indicador do Estado também foi muito superior ao nacional (4,0% a.a. versus 0,8% a.a.). Um aspecto de grande relevância pode ser visto na comparação da Taxa de Precarização nos dois planos: em que pese o dinamismo registrado na expansão do emprego formal no Maranhão, a participação dos trabalhadores não protegidos pelo Estatuto do Trabalho (carteira assinada, proteção da justiça trabalhista, fiscalização do MTE, negociação coletiva e

seguridade social) atingia 71,6% em 2010, contra 47,4% no plano nacional (HOLANDA et al., 2013).

Tabela 7 - Posição na ocupação - Maranhão e Brasil - 2000-2010

	2000	2010	% a.a.
MARANHÃO			
Empregados	809.365	1.322.418	5,03
- Com carteira de trab.			
Assinada	236.969	510.996	7,99
- Militar e func. pub.			
estatutários	452.962	672.150	4,03
- Outros sem carteira assinada	119.434	139272,0	1,6
Conta própria	683.376	648.264	-0,53
Empregadores	24.207	21.180	-1,33
Trab. para o próprio consumo	217.796	291.711	2,97
Não remunerados	179.296	77.816	-8,0
Taxa de Precarização (%) *	80,1	71,6	-8,55
BRASIL			
Empregados	43.694.129	61.176.567	3,42
- Com carteira de trab.			
Assinada	23.929.433	39.107.321	5,03
- Militar e func. pub.			
Estatutários	16.071.534	17.418.119	0,81
- Outros sem carteira assinada	3.693.162	4.651.127	2,33
Conta própria	15.396.247	18.529.011	1,87
Empregadores	1.897.842	1.703.130	-1,08
Trab. para o próprio consumo	2.033.141	3.459.638	5,46
Não remunerados	2.608.533	1.485.492	-5,47
Taxa de Precarização (%) *	55,0	47,4	-7,67

Fonte: (IBGE, 2000; 2010).

Nota: *Empregados sem carteira + Conta própria + Trabalhadores não remunerados. + trabalhadores para consumo próprio / Total

Por último, no que se refere à relação entre o dinamismo econômico e a geração de ocupações e empregos formais, no caso do Estado do Maranhão, o menor dinamismo ocupacional se reflete em uma elasticidade-produto da ocupação inferior a um e menor que a do plano nacional. Já a elasticidade-produto do emprego formal é superior a um e maior que a do plano nacional, embora o emprego formal tenha um peso muito menor no Estado do que na média nacional (o conceito de elasticidade significa a relação entre o percentual de variação da ocupação ou do

emprego formal como resposta a uma unidade percentual de variação no PIB). (HOLANDA et al, 2013)

3.4 Distribuição do emprego formal por setores de atividades

Com base nos dados da RAIS-MTE, pode-se observar a **dinâmica dos empregos formais** no Brasil e no Maranhão entre os anos de 2006 e 2011, com um maior dinamismo no Estado em relação ao plano nacional no subperíodo analisado. Entretanto, a abertura dos dados traz informações interessantes: em primeiro lugar, no que se refere ao peso das diversas atividades, observa-se que, no caso maranhense, a participação dos empregos formais na indústria de transformação em 2011 (5,7%) era cerca de 1/3 da observada no plano nacional (17,5%). Esta se constitui em uma das principais razões do baixo dinamismo do emprego no Estado do Maranhão – uma estrutura industrial com baixa diversificação, que se traduz, por exemplo, em reduzidos encadeamentos para frente e para trás dos novos investimentos realizados no Maranhão. Em segundo lugar, como contrapartida da observação anterior, observa-se uma maior importância relativa do emprego público no Estado (38,4%, contra 19,7% na média do país), um dado que também indica as limitações de uma menor diversificação da estrutura produtiva. Em terceiro lugar, cabe apontar o menor peso relativo do segmento dos serviços no Estado (23,9%), em comparação com o plano nacional (33,2%), com a ressalva de que a taxa de expansão do segmento no Estado no subperíodo considerado foi muito superior à média brasileira. Por fim, vale observar a dinâmica da participação do emprego formal do Estado no total do país, que segue uma tendência ascendente no período, com exceção do ano de 2009 – o que mostra a maior vulnerabilidade do emprego formal no Estado em relação às crises internacionais (HOLANDA et al., 2013).

Ademais, Holanda, Anchieta Júnior e Silva (2014), com base nos dados da RAIS-MTE destacam que o emprego formal no Maranhão avançou entre 2002 e 2011 a uma taxa anual de 8,3%, e que, do ponto de vista setorial, o maior avanço (em termos relativos) deveu-se à Construção Civil. Entretanto, os autores advertem que, a partir de 2011, o mercado de trabalho formal maranhense mostrou sinais de enfraquecimento. No último biênio, o ritmo de crescimento anual do emprego formal

se reduziu a 3,4%. E muito disso se atribui à Construção Civil, que nos dois últimos anos, fechou 2,5 mil postos de trabalho formalizados.

De fato, entre 2011 e 2013, o estoque de empregos formais no setor da Construção Civil registrou recuo anual de 2,1%. No mesmo período, a título de comparação, o estoque de empregos formais na Indústria de Transformação e no Comércio registraram médias geométricas anuais de expansão de 6,0% e no setor de Serviços, de 7,5%. A expressiva desmobilização de trabalhadores na Construção Civil pode ser mais bem visualizada desagregando-se os segmentos do subsetor.

Com efeito, a desagregação do subsetor da Construção Civil por divisões, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), indica que o segmento de *Construção de Edifícios* atingiu o ápice na geração de emprego em 2010 e o de *Obras de Infraestrutura* em 2008 (mobilização para a construção da Hidrelétrica de Estreito). Ambos os segmentos passaram por um momento de forte desaceleração, iniciado em 2011 e que se prolonga até agora. A abrupta desmobilização observada no segmento *Obras de Infraestrutura* em 2012 está relacionada à interrupção de investimentos públicos do Governo do Estado e do Governo Federal (HOLANDA; ANCHIETA JÚNIOR; SILVA, 2014).

Tabela 8 - Estoque de empregos formais por atividade econômica - 2006-2011:

Brasil

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Participa ção (%) 2011	2006- 11 (%) a.a
BRASIL								
Extrativa Mineral	183.188	185.444	204.936	208.836	211.216	231.389	0,5	4,8
Ind. de Transformação	6.594.783	7.082.167	7.310.840	7.361.084	7.885.702	8.113.805	17,5	4,2
Construção Civil	1.393.446	1.617.989	1.914.596	2.132.288	2.508.922	2.750.173	5,9	14,6
SIUP*	344.565	364.667	375.370	385.379	402.284	412.741	0,9	3,7
Comércio	6.330.341	6.840.915	7.324.108	7.692.951	8.382.239	8.842.677	19,1	6,9
Serviços	11.229.881	11.935.782	12.581.417	13.235.389	14.345.015	15.372.455	33,2	6,5
Administração Pública	7.721.815	8.198.396	8.310.136	8.763.970	8.923.380	9.103.601	19,7	3,3
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	1.357.230	1.382.070	1.420.100	1.427.649	1.409.597	1.483.790	3,2	1,8
Total	35.155.249	37.607.430	39.441.566	41.207.546	44.068.355	46.310.631	100	5,7

Fonte: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais 2011**.
Brasília, DF, 2012.

Nota: * SIUP: Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Tabela 9 - Estoque de empregos formais por atividade econômica - 2006-2011:

Maranhão

MARANHÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Participação (%) 2011	2006- 11 (%) a.a
Extrativa Mineral	591	812	785	1.092	1.649	1.859	0,3	25,8
Ind. de Transformação	29.196	33.186	35.594	32.868	35.947	38.472	5,7	5,7
Construção Civil	21.538	28.906	40.482	40.453	59.688	60.863	9,0	23,1
SIUP*	5.152	5.946	6.231	6.428	6.400	6.577	1,0	5,0
Comércio	77.215	86.457	94.890	103.050	118.404	127.083	18,8	10,5
Serviços	104.897	112.310	120.964	127.019	141.667	161.347	23,9	9,0
Administração Pública	184.503	197.697	223.860	233.870	254.976	259.342	38,4	7,0
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	14.341	17.624	17.204	17.495	17.894	19.731	2,9	6,6
Total	437.433	482.938	540.010	562.275	636.625	675.274	100	9,1
Participação do Maranhão no Brasil(%)	1,24	1,28	1,37	1,36	1,44	1,46	-	-

Fonte: (BRASIL, 2012).

Nota: * SIUP: Serviços Industriais de Utilidade Pública

3.5 Remuneração média do trabalho

Ao contrário da evolução do emprego formal no Estado em comparação com o país, a relação entre a **remuneração média dos trabalhadores**

formalizados no Maranhão em comparação a do Brasil reduziu-se no subperíodo 2007 a 2011, não obstante o maior dinamismo da geração de empregos no Estado. Observa-se, pelos dados da RAIS-MTE, que o indicador recuou de 77,6% em 2007 para 67,6% em 2011. Isto porque a taxa média de crescimento da remuneração média dos trabalhadores formalizados no Maranhão, no subperíodo considerado, foi 3,9% - cerca da metade da registrada no plano nacional (7,5%). Um dos aspectos explicativos é que os segmentos que registraram maior dinamismo no subperíodo são aqueles com as menores remunerações médias – comércio e construção civil. Outro fator importante diz respeito à maior taxa de precarização do mercado de trabalho maranhense em comparação com o plano nacional, o que se traduz na menor capacidade de barganha dos trabalhadores no Estado. (HOLANDA et al, 2013)

Tabela 10 - Remuneração média mensal real por setor de atividade – 2002, 2011 a 2013: Maranhão

Setor de atividade	2002	2011	2012	2013	02-11 (% a.a.)	11-13 (% a.a)
Extrativa Mineral	775,00	1.923,10	2.524,00	4.080,40	10,6	45,7
Indústria de Transformação	1093,90	1.396,70	1.519,20	1.602,50	2,8	7,1
SIUP	2143,40	2.430,90	4.181,40	4.326,10	1,4	33,4
Construção Civil	891,10	1.445,30	1.584,90	1.395,30	5,5	-1,7
Comércio	639,80	1.010,60	1.124,10	1.138,10	5,2	6,1
Serviços	1039,90	1.457,70	1.587,70	1.636,00	3,8	5,9
Administração Pública	1296,30	1.836,20	2.100,40	2.155,50	3,9	8,3
Agropecuária, Extração Vegetal, caça e Pesca	816,50	1.006,00	1.049,40	1.146,00	2,3	6,7
Média	1103,00	1.511,90	1.689,60	1.722,20	3,6	6,7

Fonte: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais 2013.** Brasília, DF, 2014.

Ainda no tocante ao rendimento, Lima e outros (2015) observam que a remuneração média mensal do trabalhador brasileiro obteve um aumento real de 9,9% no período entre 2011 e 2013, passando de R\$1.475,5 para R\$1.622,1. Quando desagregada a remuneração por gênero, verifica-se que entre os homens, o aumento real foi idêntico à média geral, mas para as mulheres houve variação um pouco maior, 10,3%.

A remuneração média mensal do trabalhador maranhense evoluiu de R\$ 716,9 em 2011 para R\$ 857,3 em 2013, variação real de 19,6%. Para os homens, de 2011 para 2012 houve crescimento de 29,7%, mas de 2012 para 2013 registrou-se queda de 8,1%. Já em relação às mulheres, observou-se o oposto: de 2011 para 2012 houve uma queda de 1,9% enquanto de 2012 para 2013 observou-se um crescimento da remuneração média da ordem de 29,2%. Segundo Lima e outros (2015), nota-se também que em 2011 a remuneração média real mensal do trabalhador maranhense correspondia a 48,6% da remuneração média real mensal do trabalhador brasileiro em geral. O indicador avançou em 2012, para 54,8%, e caiu no ano seguinte, para 52,8%.

Conforme ressaltam os autores, muito da expansão da remuneração deve-se à política de valorização do salário mínimo, já que, em termos reais, o reajuste acumulado entre 2011 e 2013 foi de 10,4%.

Tabela 11 - Remuneração Média Real Mensal* de todos os trabalhos: Brasil e Maranhão - 2011 a 2013

	2011	2012	2013
BRASIL			
Homens	1.687,50	1.779,60	1.854,70
Mulheres	1.187,30	1.247,00	1.309,80
Total	1.475,50	1.553,10	1.622,10
MARANHÃO			
Homens	793,10	1.029,40	925,20
Mulheres	599,00	587,60	759,50
Total	716,90	851,10	857,30

Fonte: (IBGE, 2013).

Nota: *Inflacionada pelo INPC para dez/2014.

Refletindo sobre os efeitos da atual conjuntura recessiva sobre os indicadores de rendimento do trabalho, Lima, Anchieta Júnior e Sousa (2015) advertem que o menor dinamismo da ocupação também tem repercutido sobre a evolução da massa de rendimentos (remuneração média multiplicada pela população ocupada). No 1º trimestre de 2015, o rendimento médio mensal do trabalhador avançou 4,0%, em termos reais, em relação ao último trimestre de 2014. Na comparação com o 1º trimestre de 2014, porém, houve queda de 0,4%. No Maranhão, a trajetória é um pouco diferente. No 1º trimestre de 2015, o rendimento médio mensal trabalhador maranhense caiu 0,3%, em termos reais, em relação ao

último trimestre de 2014, e na comparação com o 1º trimestre de 2015, a queda foi ainda maior, de 1,4%.

4 CONCLUSÃO

A guisa de conclusão, cabe aqui destacar as principais tendências observadas no mercado de trabalho maranhense em comparação com o brasileiro a partir dos anos 2000.

Em primeiro lugar, verificou-se um declínio da **taxa de atividade** no período de 2002 a 2012, mais acentuado no Maranhão do que no conjunto do país, decorrente de um crescimento da PEA em menor proporção que o crescimento da PIA.

Em segundo lugar, no tocante à **taxa de desocupação**, no período 2000 a 2010, em que pese o PIB maranhense ter crescido acima do PIB nacional, tal dinamismo não se traduziu em uma maior expansão da ocupação. De fato, em ambos os casos, houve um recuo na taxa de desocupação, embora o menor dinamismo do mercado de trabalho maranhense tenha provocado uma inversão na sua posição relativa, já que a taxa de desocupação nacional recuou de 15,3% em 2000 para 7,6% em 2010, enquanto que no Maranhão o indicador registrou redução menor, variando de 11,8% para 8,7% no período. Por outro lado, os dados da PNAD 2012 revelam um desempenho do mercado de trabalho maranhense mais favorável do que o brasileiro, ao contrário do registrado entre 2002 e 2011. De fato, assistiu-se a um declínio da taxa de desocupação no Maranhão, de 16,4 pontos percentuais, bem maior do que o observado no Brasil, onde esta taxa caiu apenas 7,6%.

Ainda em relação à taxa de desocupação, observou-se que apesar da redução do número de postos de trabalho formais registrada no Brasil e no Maranhão, sobretudo, a partir de 2013, evidenciando uma forte desaceleração no ritmo de contratações durante esse período, a taxa de desocupação continuou caindo, tanto no plano nacional como no estadual. Este aparente paradoxo se explica pela recente trajetória declinante do ritmo de crescimento da PEA relacionada às mudanças demográficas e à menor procura de emprego por parte dos jovens entre 18 e 24 anos, que reduziram a sua participação na PEA.

Não obstante, em resposta ao agravamento crise e à atual conjuntura recessiva, a PME estimou uma taxa de desocupação, nas seis principais regiões metropolitanas brasileiras, de 6,0% nos primeiros quatro meses de 2015, contra 5,0% nos primeiros quatro meses de 2014 (média das estimativas mensais de

janeiro a abril). Da mesma forma, de acordo com a PNAD Contínua, o contingente de desocupados aumentou em quase 1,5 milhão de pessoas na passagem do último trimestre de 2014 para o 1º trimestre de 2015, e a taxa de desocupação deu um salto, de 6,5% para 7,9% no mesmo período enquanto no Maranhão, a taxa de desocupação subiu ainda mais, de 7,0% para 8,9%.

Em terceiro lugar, no que se refere à **posição na ocupação**, em que pese uma significativa melhoria do grau de formalização das relações de emprego manifestada entre 2002 e 2011 com maior intensidade no Maranhão do que no conjunto do país, sobressai ainda o baixo grau de estruturação do mercado de trabalho maranhense em relação ao brasileiro. Com efeito, em 2011, enquanto a formalização das ocupações (carteira assinada somada aos militares e estatutários) atingia 46,0% no plano nacional, no Estado do Maranhão o percentual atingia somente 22,1%. Ademais, enquanto no Brasil os empregados sem carteira assinada representavam 24,6% do total de empregados assalariados, no Maranhão, o percentual de emprego não protegido correspondia a 44,7%.

Já entre 2011-2012, enquanto no plano nacional, evidencia-se certa estabilidade na distribuição dos empregados por categoria de emprego, no plano estadual, em que pese o maior dinamismo do mercado de trabalho maranhense em relação ao brasileiro em termos de geração de ocupações, verifica-se uma ligeira reversão da tendência de formalização observada no período anterior (2002-2011), expressa na queda da participação dos empregados com carteira e militares e funcionários públicos estatutários e no concomitante aumento da participação dos empregados sem carteira.

Em quarto lugar, considerando-se a **dinâmica dos empregos formais** no Brasil e no Maranhão entre os anos de 2006 e 2011, apesar de um maior dinamismo observado no Estado em relação ao plano nacional, no que se refere ao peso das diversas atividades, verifica-se que, no caso maranhense, a participação dos empregos formais na indústria de transformação em 2011 (5,7%) era cerca de 1/3 da observada no plano nacional (17,5%). Isso reflete uma estrutura industrial com baixa diversificação, que se traduz, por exemplo, em reduzidos encadeamentos para frente e para trás dos novos investimentos realizados no Maranhão. Ademais, como contrapartida, observa-se uma maior importância relativa do emprego público no Estado (38,4%, contra 19,7% na média do país), um dado que também indica as

limitações de uma menor diversificação da estrutura produtiva. Cabe ainda apontar o menor peso relativo do segmento dos serviços no Estado (23,9%), em comparação com o plano nacional (33,2%), com a ressalva de que a taxa de expansão do segmento no Estado no subperíodo considerado foi muito superior à média brasileira. Ademais, o emprego formal no Maranhão avançou entre 2002 e 2011 a uma taxa anual de 8,3%, e, do ponto de vista setorial, o maior avanço (em termos relativos) deveu-se à Construção Civil. Entretanto, a partir de 2011, o mercado de trabalho formal maranhense mostrou sinais de enfraquecimento. E muito disso se atribui à Construção Civil, que, entre 2011 e 2013, fechou 2,5 mil postos de trabalho formalizados.

Em quinto lugar, cumpre ressaltar que a relação entre a **remuneração média dos trabalhadores formalizados** no Maranhão e no Brasil reduziu-se no subperíodo de 2007 a 2011, não obstante o maior dinamismo da geração de empregos no Estado. De fato, observou-se um recuo deste indicador de 77,6% em 2007 para 67,6% em 2011. Isto porque a taxa média de crescimento da remuneração média dos trabalhadores formalizados no Maranhão, no subperíodo considerado, foi cerca da metade da registrada no plano nacional. Um dos aspectos explicativos é que os segmentos que registraram maior dinamismo no subperíodo são aqueles com as menores remunerações médias – comércio e construção civil. Outro fator importante diz respeito à maior taxa de precarização do mercado de trabalho maranhense em comparação com o plano nacional, o que se traduz na menor capacidade de barganha dos trabalhadores no Estado.

Ainda no tocante ao rendimento a remuneração média mensal do trabalhador brasileiro obteve um aumento real de 9,9% no período entre 2011 e 2013, passando de R\$1.475,5 para R\$1.622,1, enquanto a remuneração média mensal do trabalhador maranhense evoluiu de R\$ 716,9 em 2011 para R\$ 857,3 em 2013, variação real de 19,6%. Nota-se também que em 2011 a remuneração média real mensal do trabalhador maranhense correspondia a 48,6% da remuneração média real mensal do trabalhador brasileiro em geral. O indicador avançou em 2012, para 54,8%, e caiu no ano seguinte, para 52,8%.

Na atual conjuntura recessiva, o menor dinamismo da ocupação também tem repercutido sobre a evolução da massa de rendimentos (remuneração média multiplicada pela população ocupada). No 1º trimestre de 2015, o rendimento médio

mensal do trabalhador avançou 4,0%, em termos reais, em relação ao último trimestre de 2014. Na comparação com o 1º trimestre de 2014, porém, houve queda de 0,4%. No Maranhão, a trajetória é um pouco diferente. No 1º trimestre de 2015, o rendimento médio mensal trabalhador maranhense caiu 0,3%, em termos reais, em relação ao último trimestre de 2014, e na comparação com o 1º trimestre de 2015, a queda foi ainda maior, de 1,4%.

Enfim, avaliando-se as tendências aqui esboçadas, percebe-se que, após os significativos avanços experimentados pelo mercado de trabalho no Brasil e no Maranhão, sobretudo na primeira década de 2000, face à atual conjuntura de crise e de ajuste fiscal, assiste-se a uma deterioração de todos os indicadores, mostrando-se mais nítida a partir de 2015 e manifestando-se com maior intensidade no plano estadual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais 2011**. Brasília, DF, 2012.

_____. _____. **Relação Anual de Informações Sociais 2013**. Brasília, DF, 2014.

HOLANDA, Felipe Macedo de et al. Maranhão versus Brasil: o que apontam os dados dos Censos 2000 e 2010 e a evolução do Emprego Formal (RAIS-MTE). **Boletim do Observatório Social e do Trabalho**, São Luís, ano 2, n. 2, 2013.

Disponível

em:<http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_2014_1/em%20foco.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2015.

_____; ANCHIETA JÚNIOR, Vicente. Prontos para a mudança de ciclo? O que mostram os dados desagregados recentes do mercado de trabalho brasileiro.

Boletim do Observatório Social e do Trabalho, São Luís, ano 3, n. 2, 2014.

Disponível

em:<http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_2016_1/foco%20-%20atual.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2015.

_____; _____. SILVA, Rafael Thalysson Costa. Declínio da construção civil impacta negativamente o mercado de trabalho maranhense a partir de 2011.

Boletim do Observatório Social e do Trabalho, São Luís, ano 3, n. 4, 2014.

Disponível

em:<http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_2016_3/boletim.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2000**. Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010a.

_____. **Contas Nacionais**. Rio de Janeiro, 2010b.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios 2012**. Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios 2013**. Rio de Janeiro, 2013.

LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada et al. O que mostraram os dados da PNAD 2013: taxa de desocupação e rendimentos do trabalho no Maranhão versus Brasil.

Boletim do Observatório Social e do Trabalho, São Luís, ano 4, n. 1, 2015.

Disponível

em:<http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_ano2015_n.1/em%20foco%20-%20atual.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2015.

_____; ANCHIETA JÚNIOR, Vicente; SOUSA, Rafael Moraes de. Rebatimentos da recessão no mercado de trabalho e mudanças regressivas no marco regulatório.

Boletim do Observatório Social e do Trabalho, São Luís, ano 4, n. 3, 2015. Disponível

em:<http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_ano_4_n_3/em%20foco.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2015.

_____; _____. Mercado de trabalho no Maranhão: o que apontam os dados da PNAD de 2012? **Boletim do Observatório Social e do Trabalho**, São Luís, ano 2, n. 4, 2013. Disponível

em:<http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_2015_1/em%20foco.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2015.

_____; _____. NASCIMENTO, Talita de Sousa. Evolução do mercado de trabalho no Maranhão: 2002 a 2011. **Boletim do Observatório Social e do Trabalho**, São Luís, ano 1, n. 1, 2012. Disponível em:<http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_2013_1/em%20foco%20boletim%20zero.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2015.